

Existe uma economia moral dos trabalhadores Apontamentos para uma história das estratégias operárias durante a Segunda Guerra Mundial

Fernando Cauduro Pureza¹

Introdução: uma economia moral dos trabalhadores

“É importante começar esse texto alertando que a abordagem de uma “economia moral” necessita de contextualização. O uso do termo dentro da academia foi consagrado pelo artigo de Edward Thompson, “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. Thompson busca, ao longo de seu texto, mostrar que as relações sociais que se estabelecem em momentos de revoltas “econômicas” não são apenas espasmos provocados pela fome, ou pela escassez. A crítica de Thompson ao economicismo das análises que vêem as revoltas contra fome como reações “naturais” pode ser vista na crítica que ele faz ao “mapa da tensão social”, de Walt Rostow:

Segundo esse diagrama, basta reunir um índice de desemprego e outro, de preços elevados dos alimentos, para poder mapear o percurso da perturbação social. Isso contém uma verdade óbvia: as pessoas protestam quando estão com fome. Numa linha de raciocínio bem semelhante, um “diagrama da tensão sexual” mostraria que o início da maturidade sexual pode ter correlação com uma frequência mais elevada da atividade sexual. A objeção é que esse diagrama, se empregado de forma pouco inteligente, pode nos levar a concluir a investigação exatamente no ponto em que adquire interesse cultural ou sociológico sério: estando com fome (ou sendo sensuais), o que é que as pessoas fazem? Como o seu comportamento é modificado pelo costume,

pela cultura e pela razão?²

A citação do historiador britânico permite que se pense que a reação a uma situação econômica (a carestia, a fome, o desemprego etc.) não é necessariamente espasmódica, mas sim, algo que depende do “costume, da cultura e da razão”. Em uma visão que se propõe crítica a de Thompson, o historiador italiano Giovanni Levi atenta para a necessidade de se buscar as *estratégias* em que grupos, ou pessoas, buscam “*deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las*”³.

Pode se retomar que a crítica ao economicismo não é novidade no marxismo. Mesmo nomes como Lênin e Gramsci travaram debates com o que consideravam “economicismo”, ainda que dentro de perspectivas diferenciadas. Porém, no âmbito da historiografia, é exatamente nos trabalhos de Edward Thompson que esta crítica atingirá seu estágio mais profundo. A compreensão de que “*a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente*” e de que a “consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e

1 - Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 - THOMPSON, Edward; “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. IN: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional; São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 151.

3 - Levi é um crítico da idéia de economia moral thompsoniana por perceber nela uma racionalidade econômica já fechada, quase que teleológica, sobre uma série de relações que visam escapar dessa racionalidade. Embora possa se discordar de Levi, a idéia de que as estratégias de ação das classes populares precisam ser entendidas dentro de sua própria racionalidade ainda parece

bastante válida para a análise histórica. Ver LEVI, Giovanni; A herança imaterial – Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 44-45.

4 - THOMPSON, Edward; A formação da classe operária inglesa; São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 10.

5 - Ver THOMPSON, Edward; Lucha de clases sin clases? IN: Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial; Barcelona: Grijalbo, 1984, p. 37.

formas institucionais” tornou o prefácio do livro “A formação da classe operária” um dos trechos mais citados em artigos acadêmicos de história no Brasil.⁴

A proposta de se buscar uma “economia moral” dos trabalhadores mostra-se “ancorada” na importância da produção historiográfica “thompsoniana”. No entanto, é preciso contextualizar a questão. A “economia moral” – entendida como as formas de organização da consciência de classe diante das questões econômicas – não é um termo que pode ser encaixado dentro das mesmas formas em que se apresentaram as relações dos motins acarretados pela fome no século XVIII. Os casos estudados por Thompson revelam a preocupação de entender conflitos entre plebeus e patrícios diante da economia liberal crescente no contexto inglês que ameaçava os antigos costumes de regulamentação do comércio de grãos.

No entanto, esse conflito não ignora uma condição onde os plebeus ingleses não constituem precisamente uma classe “madura”. A concepção de Thompson é exatamente de que havia uma luta de classes sem classe, ou seja, o conflito existia independente da articulação de uma classe trabalhadora definida, ou para colocar de uma forma mais precisa, com a própria classe se formando e se articulando na luta⁵. Mas o conceito de “economia moral” permite que as tradicionais diferenciações entre reivindicações econômicas e reivindicações políticas sejam questionadas e transportadas para a própria realidade dos trabalhadores. Mesmo uma greve de reivindicação salarial pode ser um campo fértil para o historiador aprofundar-se no que concerne às relações sociais desempenhadas pelos trabalhadores, até mesmo porque estes tendem a se reconhecer como trabalhadores na própria greve⁶.

Um exemplo desse questionamento que pode ser lançado ao problematizar-se o tratamento das greves realizadas pela classe operária brasileira no período de 1945 a 1964. Muitos analistas questionaram o grau de consciência de classe, em função das reivindicações econômicas de muitas dessas greves⁷, enquanto outras análises apontam uma estrutura sindical pouco afeita às mobilizações grevistas das categorias⁸.

No entanto, ao aplicarmos o termo “economia moral”, diante de uma classe trabalhadora organizada e consciente, o uso do conceito exige certos cuidados. O principal deles, sem dúvida, é de que o sentido atribuído ao termo “moral” em Thompson remetia para relações pré-capitalistas estabelecidas na economia paternalista anterior. Ou seja, os motins contra a fome eram baseados nos costumes tradicionais dos plebeus ingleses. No caso brasileiro, talvez o elemento que mais chame a atenção é de que o contexto da Segunda Guerra Mundial no país foi um momento de coerção legal e da formação de um código de leis que buscava legitimar uma hegemonia de classe, mas que ao mesmo tempo passava a fazer parte das estratégias de luta da classe operária brasileira, gerando profundas transformações na própria organização política dessa classe⁹. Nesta aplicação, o termo moral não remeteria diretamente a uma situação pré-capitalista anterior, mas sim a uma concepção econômica que parece estar se chocando com a superexploração do trabalho e com a vertiginosa alta do custo de vida.

Indo por esse caminho, este artigo se propõe a problematizar as “mobilizações econômicas” dos operários brasileiros no período, tentando mostrar que há um fértil campo para os historiadores investirem seus esforços para perceberem as formas de organização política dos trabalhadores que muitas vezes foram deixadas de lado por essa dicotomia entre reivindicações políticas e reivindicações econômicas. Pretendo aqui enfocar principalmente o período de 1942 até 1945, período onde, por decorrência da Segunda Guerra Mundial, da nova legislação trabalhista e da repressão política do Estado Novo aos trabalhadores, mostra-se bastante fértil para se conseguir realizar a ruptura dessa dicotomia.

Criando os “pelotões de trabalhadores”

De 1942 a 1945, o Brasil passou por uma série de transformações de ordem política, social e econômica que alteraram profundamente as formas de organização da classe operária. Em maio de 1942, o governo de Vargas criou a lei dos impostos sindicais; em agosto o governo declarou guerra aos países do Eixo, o que já era antecipado pelo discurso

6 - Aqui, remeto à frase de Michelle Perrot, de que a greve “*é um evento que fala e sobre o qual se fala*”. PERROT, Michelle; *Workers on strike. France, 1871-1890*; New Haven, Yale; Univ. Press, 1987. Citado em MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.); *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964)*; Rio de Janeiro; Ed. APERJ, 2003, p. 43.

7 - Mesmo autores como Caio Prado Jr. interpretaram que as reivindicações salariais imediatas eram relativamente fáceis de ser atendidas por decorrência da inflação pela qual o país passava. PRADO JÚNIOR, Caio; *A revolução brasileira*; Rio de Janeiro: Brasiliense, 1966, p. 24.

8 - É importante ressaltar que mesmo essa historiografia que questionou o

caráter das greves do período está sendo revista agora diante de novas pesquisas empíricas que demonstram não apenas um maior número de greves de caráter político, mas também de intensa mobilização de trabalhadores. Para um quadro geral sobre as concepções acerca das greves do período na historiografia brasileira, ver MATTOS, Marcelo Badaró (Coord.); op. cit., p. 47 e 48.

9 - Para uma interessante referência ao papel das leis trabalhistas como legitimadoras da hegemonia de classe, ver: SILVA, Fernando Teixeira da. A carga e a culpa. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 102.

de Vargas no primeiro de maio, dirigido aos trabalhadores, conclamando-os enquanto “soldados da produção” a uma “batalha da produção”¹⁰.

Enquanto a criação do imposto sindical já anunciava o preâmbulo da legislação trabalhista a ser implementada em 1943, a “batalha da produção” marcava não apenas a entrada na guerra, mas uma série de leis excepcionais que buscavam disciplinar os trabalhadores (especialmente aqueles envolvidos nas indústrias de importância estratégica). Ângela de Castro Gomes argumenta que a pressão dos industriais fez com que o governo suprimisse uma série de direitos trabalhistas em prol do esforço de guerra; entre tais revogações as mais destacadas são a restauração da jornada de dez horas, a suspensão de férias e o fim da mobilidade do trabalho nas indústrias de guerra¹¹.

Essa suposta contradição permite que se compreenda que a legislação trabalhista era um projeto consolidado pelo governo Vargas; por outro lado, sua aplicação era algo que ainda estava em aberto e dependia de determinadas circunstâncias. No contexto da Segunda Guerra, não foram poucos os empresários que se aproveitaram desse distanciamento entre a lei e a sua aplicabilidade. O embaixador britânico no Brasil observou que “*para um país tão afetado pela guerra como o Brasil, a arregimentação de operários têxteis determinada por esse decreto-lei foi muito severa*.”¹² Mesmo para os burocratas governamentais que redigiram a legislação trabalhista de 1943, como argumenta o historiador John French, “*as visionárias e mesmo utópicas promessas das leis poderiam ser toleradas precisamente porque elas nunca pretenderam ser 'reais'*”¹³.

Mas há outro âmbito da vida dos trabalhadores urbanos no período que merece atenção dentro de uma perspectiva voltada para suas experiências: o âmbito da vida cotidiana. Como afirma Maria Célia Paoli,

Quando se pensa em cotidiano popular, condições de vida e trabalho, entendimento de mundo, práticas políticas não estruturadas, parece-me que se reintroduz o simbólico no centro do trabalho das ciências sociais – o simbólico como representação e significado, em

um sentido muito próximo à designação antropológica do termo. Ao redescobrir a história concreta dos dominados, o marxismo, hoje, revalida a noção de experiência vivida das condições reais de existência, como suporte da reprodução e da luta de classes¹⁴.

Durante a guerra, a escassez de produtos de primeira necessidade começa a atingir os trabalhadores urbanos, preocupando inclusive os setores empresariais. Além das cooperativas de consumo que muitas fábricas formavam, uma profusão de pesquisas regionais começa a ser criadas para que se pudesse compreender a alimentação e demais hábitos cotidianos dos operários, dando destaque especialmente à pesquisa do Instituto de Organização do Trabalho (IDORT) de 1942, que demonstrava “*cientificamente, as precárias condições de vida dos trabalhadores brasileiros*”, que gastavam a maior parte do seu salário na própria alimentação¹⁵.

Essas pesquisas merecem especial atenção. Primeiramente, porque, como fonte, elas podem elucidar uma série de questões sobre o cotidiano dos trabalhadores urbanos das grandes capitais. Ademais, tais pesquisas revelam uma preocupação de setores empresariais e do próprio Estado com a vida dos trabalhadores que, durante o período, era tema de grandes debates.

Acerca do primeiro ponto, as pesquisas permitem uma ampla abordagem sobre os problemas mais cotidianos da classe trabalhadora. Uma pesquisa realizada pelo Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, em 1943, apontava que a dieta dos trabalhadores era “insuficiente” para as necessidades que eles possuíam, sugerindo um aumento no consumo de legumes e verduras, indicando um consumo prioritário de leite, pão, carne e manteiga. No entanto, um estudo mais detalhado mostra que na cidade de Porto Alegre, de 1939 a 1945, a variação de preços era mais do que emblemática dos problemas de alimentação dos trabalhadores. A carne de segunda aumentou 56% (e inclusive estaria desaparecendo do mercado), enquanto o preço do leite pasteurizado atingiu um aumento de 30%. Esses índices reforçam as informações do consulado americano da cidade, que observavam um aumento

10 - GOMES, Ângela de Castro; *A invenção do trabalhismo*; São Paulo: Vértice, 1988, p. 237.

11 - Idem, p. 244-245.

12 - Citado em WEINSTEIN, Barbara; *(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)*; São Paulo: Cortez, 2000, p. 123.

13 - FRENCH, John D.; *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2001, p. 10. Para um quadro mais geral sobre a posição dos industriais acerca da CLT no período de democratização a partir de 1945, ver: VIANNA, Luiz Werneck; *Liberalismo e sindicato no Brasil*; Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 254-257.

14 - PAOLI, Maria Célia; *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Templo, espaço e classe na história operária brasileira* IN: LOPES, José Sérgio Leite (coord.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*; Rio de Janeiro: Marco Zero – UFRJ, 1987, p. 57.

15 - GOMES, Ângela de Castro; *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. IN: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 61.

médio de 64% nos preços de alimentos básicos do período (apenas para uma pequena comparação, basta lembrar que, na cidade de São Paulo, esse aumento atingira a média de 75%)¹⁶. O mesmo relatório afirmava que o aumento salarial médio havia sido de 32%¹⁷.

Em entrevista realizada em 1996, o operário porto-alegrense Abrelino de Freitas revela uma situação contraditória dessa época. Por um lado, as cooperativas permitiam que os trabalhadores conseguissem o essencial para a sobrevivência, mas por outro, as famílias precisavam ser parcimoniosas se quisessem se manter sem dificuldades. Abrelino fala:

Então ele [o trabalhador] levava o leite em pó, feijão, o arroz. Ficava então a carne pra comprar, umas coisinhas assim, a verdura, que aquilo também na época era insignificante. Aquele salário que era pequeno, na época, se tornava grande pelas facilidades que tinha. De sorte que ficava tudo dependendo da organização da família. Como criava os filhos, a maneira de vestir. Não tinha também assim muito onde gastar, as diversões eram poucas¹⁸.

O custo de vida dos trabalhadores, por outro lado, não era exatamente a preocupação central dos relatórios apresentados pelas pesquisas, mas certamente não era um dado descartável. As pesquisas serviam inclusive para tencionar o Estado acerca desta questão, exigindo sua intervenção no controle de preços – controle esse que já existia em forma de lei, através do Decreto-Lei 869 de novembro de 1938, que criava a concepção de “crime contra a economia popular”¹⁹. Essa idéia, como revela Francisco de Oliveira, tratava da substituição dos preços do “velho mercado” pelos “preços sociais”, um projeto de acumulação e criação de um novo mercado condizente com a estrutura industrial que se ampliava nos anos 30²⁰. Durante o período da entrada do Brasil na guerra, muitos setores empresariais defenderam abertamente a máxima de Mussolini: “mais canhão e menos manteiga”²¹. No entanto, a necessidade de criar esse mercado possuía um caráter urgente dada à

condição de miséria dos trabalhadores diante do aumento do custo de vida.

O segundo ponto, que também exige bastante atenção dos pesquisadores, é o fato de que essas pesquisas foram criadas com o intuito de melhorar a produtividade dos trabalhadores. Barbara Weinstein lembra que a fundação do IDORT em 1931 contou com amplo apoio e participação dos industriais de São Paulo, especialmente de Roberto Simonsen, visando, como fim último, a organização racional do trabalho para atingir uma maior produtividade²². Na busca por pensar uma nova racionalidade para o trabalho fabril e na preocupação com a vida social dos trabalhadores, o elemento central era a lucratividade do setor industrial brasileiro.

Dessa forma, as pesquisas apresentam, por um lado, alguns dados novos sobre o cotidiano da classe trabalhadora, mas também demonstram uma preocupação de industriais e do próprio Estado em manter os operários controlados diante de uma frágil “paz social”²³. Porém, elas ainda são insuficientes para pensarmos uma outra questão: a posição dos próprios trabalhadores.

A atuação dos trabalhadores

Se por um lado percebe-se uma série de discursos patronais sobre os principais processos através dos quais os trabalhadores se relacionaram diretamente com o Estado, – a legislação trabalhista e a carestia provocada pela guerra – é necessário compreender como os próprios trabalhadores passaram a perceber suas próprias experiências neste mesmo contexto.

Diante desses dois eixos que envolvem tanto as questões da produção e da reprodução do capital – a dizer, do trabalho e da vida cotidiana dos trabalhadores – a perspectiva dos trabalhadores levou, em determinadas circunstâncias, a ocasionais aproximações com o Estado Novo. Mais do que uma simetria entre Estado e operários, tratava-se de uma

16 - CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 231.

17 - Ver GERTZ, René; *Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF, 2005, p. 60-61. Ver também FORTES, Alexandre; *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 74.

18 - Entrevista com Abrelino Freitas em 12/01/96. Citado em FORTES, Alexandre; op. cit., p. 75.

19 - LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; *História política do abastecimento (1918-1974)*; Brasília: BINAGRI, 1979, p. 110.

20 - OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*; São Paulo; Boitempo, 2003, p. 40-41.

21 - Um exemplo notório sobre essa questão pode ser encontrado no editorial

da revista *Orientação Econômica e Financeira* do Rio Grande do Sul de setembro de 1942. A revista, que incluía em seu corpo de colaboradores o industrial gaúcho A. J. Renner entre outros empresários e engenheiros, defendia a necessidade de sacrifícios por parte da população civil agora que o Brasil entrava em guerra contra o Eixo. Dois anos depois a revista publicaria um artigo chamado “a fixação dos preços nas fontes de produção”, criticando o lucro abusivo de industriais e de comerciantes. Ver: revista *Orientação Econômica e Financeira*, ano II, n. 28, 1944, p. 25-26.

22 - WEINSTEIN, Barbara; op. cit., p. 86-88.

23 - A frágil “paz social” é um comentário acerca do que Barbara Weinstein afirma ter sido o ano de 1943 em decorrência da aproximação dos sindicatos com os industriais. A própria análise da autora, no entanto, revela que diversos aspectos dos anos de guerra fizeram com que em 1944 já começassem a surgir diversas movimentações de comissões de fábricas e que em 1945 começam a estourar as primeiras greves. Idem, p. 122-123.

“relação entre atores desiguais”, um movimento onde em certos momentos o poder político era resignificado e reutilizado pelos trabalhadores, e, em outros, era objeto da repressão que os mesmos sofriam diante das tentativas de se organizarem²⁴.

A idéia de uma relação que comungava “interesses comuns entre Estado e trabalhadores” pode ser útil para compreender as próprias posições do Estado Novo, mas não era algo que ecoava sobre todos os trabalhadores²⁵. Diante da escassez econômica e da superexploração do trabalho em diversas indústrias, muitos movimentos grevistas surgiram a partir de 1942 nas portas de fábricas, em comissões organizadas no próprio local de trabalho²⁶.

É válido lembrar que mesmo o PCB, a principal representação política dos trabalhadores antes da implementação do Estado Novo, desorganizado e perseguido pelo regime de Vargas, seguia a linha do “apertar os cintos” e defendia a política de que os trabalhadores deveriam contribuir para o esforço de guerra em prol da vitória contra o Eixo. Porém, diante da falta de pão e carne em suas mesas, ou das jornadas de dez horas de trabalho, a reorganização dos trabalhadores se deu muito mais pelas suas bases do que o próprio PCB esperava. Muitos de seus militantes passaram a atuar nas comissões de fábrica, e em muitos momentos, sem seguirem diretamente as orientações do partido, pressionavam as entidades patronais e organizavam movimentos grevistas por fora da própria estrutura sindical – considerada ou como apêndice do governo, ou atrelada aos patrões²⁷.

Não se pode tomar, no entanto, o PCB como algo esquizofrênico onde a direção e a base estavam separadas por um abismo. O caso de Eloy Martins, por exemplo, mostra a relação direta entre os militantes e os trabalhadores: o PCB não havia fechado completamente seus olhos para as demandas econômicas, e sua respectiva estratégia sindical dependia diretamente das práticas do movimento operário²⁸.

A própria relação dos trabalhadores com os sindicatos merece atenção destacada. Pode se dizer que em 1942 todos os sindicatos já estavam devidamente controlados pelo Estado através da estrutura sindical oficial – o que implicava em uma maior vigilância policial dentro dos sindicatos²⁹. No entanto, mesmo o sucesso político de Vargas (e do projeto trabalhista, expresso no crescimento eleitoral do PTB a partir de seu surgimento), “*não correspondeu a uma aceitação passiva da proposta de subordinação sindical*”³⁰. Pelo contrário, talvez a discussão estabelecida por John French de um operariado voltado para a disputa pela legislação trabalhista e pela busca incessante em torná-la realidade seja a questão central a se analisar, pois ela permite compreender uma relação onde os trabalhadores não se mostram como indivíduos passivos diante da ação de sujeitos históricos como o Estado, o partido, ou o sindicato, mas sim que lutam para dar sua própria interpretação às leis, o que Maria Célia Paoli chama de “consciência legal dos trabalhadores”³¹. Como a mesma autora afirma em trabalho posterior,

E é nessa altura do drama que o Estado, através da legislação trabalhista e da legislação sindical, fez sua aparição. Uma por uma, suas leis foram modificando a organização capitalista da empresa industrial, redefinindo a luta cotidiana que se dava neste espaço. No seu conjunto, e em um processo que durou daí para frente, a fábrica emergiu no plano público, propondo-se, ao mesmo tempo, como uma área de controle do Estado e como um espaço civil de luta pelos direitos ao trabalho e à vida. Cada uma das lutas até então levadas pelos trabalhadores – a luta pelas condições de trabalho e pelo espaço coletivo de trabalho; a luta pela apropriação do tempo de trabalho; a luta pelas garantias de trabalho – foi projetada para a sociedade de modo paradigmático, explicitando e transformando, neste longo processo, a concepção de direitos até então vigente³².

A resistência operária expressa nas comissões de fábrica, a re-interpretação das leis

24 - Ver GOMES, Ângela de Castro; *O populismo e as ciências sociais no Brasil*: notas sobre a trajetória de um conceito; IN: FERREIRA, Jorge (org.); *O populismo e sua história*. Debate a crítica. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001, p. 45.

25 - FERREIRA, Jorge; *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira*. IN: Idem, *ibidem*, p. 103.

26 - Na constituição do próprio Estado Novo as greves se tornaram recursos anti-sociais, medida já iniciada pelo Decreto-Lei nº 6 de 18 de dezembro de 1935. Ver VIANNA, Luiz Werneck; *op. cit.*, p. 201 e 221.

27 - Em suas memórias, o militante gaúcho do PCB, Eloy Martins, lembra que a orientação do comitê central do PCB de “apertar o cinto para evitar greves” bateu de frente com a reorganização da célula dos metalúrgicos. Tendo em vista a sua própria participação na greve dos metalúrgicos de abril de 1945, na cidade de Porto Alegre, se coloca a distância entre a direção e as bases do partido. Ver MARTINS, Eloy. *Um depoimento político – 55 anos de PCB*; Porto Alegre: Gráfica Palotti, 1989, p. 73-75.

28 - COSTA, Hélio da; *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato*. São Paulo; Scritta, 1995, p. 43.

29 - Em uma assembléia do sindicato dos metalúrgicos de Porto Alegre o presidente do sindicato orgulhosamente fez um discurso celebrando o 12º aniversário da entidade celebrando o fato de não ter ocorrido nenhuma intervenção policial desde o Estado Novo. Na cerimônia, no entanto, estavam presentes o delegado do DOPS do Rio Grande do Sul e o representante da Justiça do Trabalho no estado. Ver: Livro de atas do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre; Ata de Assembléia do Sindicato dos Metalúrgicos – 30/05/1942, ata n. 6, p. 8.

30 - MATTOS, Marcelo Badaró; *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002, p. 44.

31 - FRENCH, John; *op. cit.*, p. 72-73. Sobre “consciência legal dos trabalhadores”, ver PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. *Labor Law and the State in Brazil: 1930-1950*. Tese de doutorado em História; Nirbeck College. University of London, 1988 citado em FRENCH, John; *op. cit.*, p. 9-10.

trabalhistas e a reorganização sindical, no entanto, devem ser pensadas não como a forma inicial de uma luta, mas sim como consequência de um processo maior de enfrentamento entre trabalhadores e patrões. Se os sindicatos faziam grandes almoços com industriais para celebrar a “paz social” em 1943³³, os trabalhadores possuíam uma série de estratégias que, antes de aceitar a “paz social” e a “união nacional”, colocavam em xeque a exploração que era sentida cada vez mais. Se em algumas fábricas os operários jogavam no chão os folhetos políticos que recebiam, isso não significava que eram arquétipos do modelo ideal de operário que os industriais esperavam³⁴.

Muitos são os casos encontrados de furtos e sabotagens nas fábricas³⁵. No entanto, no contexto da própria década de 40 e das transformações nas relações trabalhistas, essas formas de ação direta dentro das fábricas ganhavam novos contornos. Um caso emblemático seria o do operário Manoel Sant'Ana de Sousa, que trabalhava na fábrica de vidros Sul Brasileira, localizada em Porto Alegre³⁶. “Seu Manoel” era um operário analfabeto, de 65 anos de idade e que no dia 15 de julho de 1943, na hora da saída da fábrica, foi surpreendido pelo gerente Fernando Daniel Targa que o acusou de furtar quatro garrafas de leite vazias. Somente a história pessoal de “seu Manoel” e as garrafas dariam assunto suficiente para um extenso estudo de caso.

No entanto, o que chama mais atenção em todo esse processo aparentemente banal, é que nos autos do inquérito que teve de responder, o seu advogado, Luiz Luz, faz uso de uma estratégia extremamente inovadora para a época: ele alega que devido à idade avançada de “seu Manoel”, o gerente tinha interesse em demiti-lo para evitar ter de pagar a aposentadoria. É de se questionar se o “seu Manoel” realmente sabia dos direitos que estavam sendo estabelecidos e da defesa que o seu advogado fazia, sendo que ele próprio era iletrado, mas o fato é que os gerentes da fábrica tinham conhecimento dessa legislação. E ainda que sua intenção realmente fosse acusar o operário de furto e com isso demiti-lo, a argumentação do advogado é voltada para demonstrar que os furtos são constantes dentro das fábricas e que “seu Manoel” havia sido apenas um bode expiatório para os interesses de seus patrões.

Processos-crimes como o de Manoel de

Sousa são fontes interessantes para percebermos as relações entre operários e patrões fora do âmbito estatístico e deslocado das organizações políticas operárias (ainda mais em um período onde fora dos sindicatos, elas não poderiam existir). Relações familiares em uma mesma comunidade, ou espaços de sociabilidade como os botequins, praças, jogos de futebol e bailes são elementos que podem trazer novas questões sobre a organização dos trabalhadores e que inclusive podem elucidar aspectos de suas reorganizações políticas³⁷.

Alguns processos-crime mostram que esses espaços de sociabilidade são locais de discussões, debates e até mesmo de práticas desses trabalhadores. Outras fontes, no entanto, são ainda mais reveladoras sobre as noções de “preço justo” entre os trabalhadores urbanos diante de um período de escassez de alimentos e desvalorização dos salários – contexto onde é implementado o próprio salário mínimo, como ressalta Francisco de Oliveira³⁸. É o caso da seção de cartas chamada “Queixas do público”, do jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre. Durante o período de 1942 até maio de 1945 foram encontradas 38 cartas de trabalhadores enviadas para a redação do jornal exigindo cumprimento do tabelamento de preços, aumento de salários, abonos familiares e até mesmo intervenção policial no comércio porto-alegrense.

À medida que suas relações e seus costumes se tornam mais claros nessas fontes, surge a necessidade de compreender como os próprios trabalhadores se reconheciam. A atualidade da idéia de Richard Hoggart ao estudar a cultura operária inglesa na década de 1950, deve ser ressaltada:

Devemos tentar ver, para além dos hábitos, aquilo que os hábitos representam, ver através das declarações e respostas o que estas realmente significam (significado que pode ser oposto a essas próprias declarações, detectar os fatores emocionais subjacentes às frases idiomáticas e observâncias ritualísticas)³⁹.

Nesse sentido, as palavras de Hoggart são inspiradoras. A própria identidade dos trabalhadores estava sendo negociada nessa nova conjuntura. Mas mesmo diante de uma conjuntura onde a repressão política exigia novas formas de organização e onde a exploração do trabalho e a carestia que atingia os

32 - PAOLI, Maria Célia; *O trabalhador urbano na fala dos outros*, p. 69-70.

33 - WEINSTEIN, Barbara; op. cit., p. 121.

34 - FORTES, Alexandre; op. cit., p. 213.

35 - PAOLI, Maria Célia; op. cit., p. 89.

36 - As informações subsequentes se referem ao processo de MANOEL SANT'ANA DE SOUSA, nº 5555, maço 319, estante 29, novembro de 1943, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

37 - Ressalta-se também a importância de entender o papel das mulheres operárias que ao mesmo tempo em que trabalhavam nas fábricas, eram vistas também como donas de casa. Para um quadro geral sobre o papel da mulher nos bairros operários de Porto Alegre da era Vargas, ver FORTES, Alexandre; op. cit., p. 63-69.

38 - OLIVEIRA, Francisco de; op. cit., p. 38.

operários eram elementos constitutivos de suas vidas, pode se perceber que os trabalhadores estavam presentes nesses processos de negociação.

Pode se falar de uma economia moral operária?

Volta-se, então, ao ponto de partida. Que formas as relações econômicas dos trabalhadores se interligam com suas relações políticas, sociais e culturais? De que forma eles se organizam e se reconhecem enquanto classe em uma comunidade afetada por problemas comuns? Diante de um período repressivo, quais as estratégias usadas para superar as dificuldades que iam desde a criminalização do direito de greve até a escassez de alimentos na mesa da família?

Todas essas perguntas não permitem uma resposta automática sobre uma economia moral dos trabalhadores propriamente dita. Mas elas podem indicar alguns dos caminhos onde uma investigação que permita a apreensão das relações estabelecidas entre trabalhadores e poderes locais, ou institucionais devem trilhar. No entanto, essas relações são “relações entre atores desiguais”, que, por mais que seus atores dêem diferentes significados, ainda são relações de dominação.

Certas noções como o “preço justo dos gêneros alimentícios de primeira necessidade” indicam que os trabalhadores não concordavam diretamente com a justificativa de empresários e fazendeiros sobre o aumento de preços necessário para a conjuntura da guerra. Mais do que isso, também apontam formas de se pensar a economia doméstica de uma forma diferente diante das relações de mercado capitalista que lhes eram impostas no período de intensa urbanização da cidade. Nas palavras de Edward Thompson, “a 'economia' só pode ser entendida no contexto de uma sociedade urdida assim. A vida 'pública' emerge de dentro das densas determinações da vida 'doméstica’”⁴⁰.

As greves ocorridas no início de 1945, na abertura do regime varguista, por exemplo, revelam uma intensa organização dos trabalhadores acerca de

questões que contrariavam diretamente os pressupostos da economia doméstica das famílias de trabalhadores⁴¹. Eles se pensaram enquanto trabalhadores e se afirmaram como tal em seus discursos e em suas práticas. Mas essa intensa organização não pode ser pensada como o princípio de uma intensa luta; pelo contrário: ela é consequência de uma série de conflitos e tensões já existentes, que se colocam diante do cotidiano dos indivíduos. Consequência não como um ponto final da luta, mas sim como um momento onde ela ganha novas formas, se constrói sobre novas relações e se permite inclusive alterar a própria cotidianidade⁴².

É importante ressaltar também que as dificuldades em se realizar uma história da classe trabalhadora já foram mais do que debatidas⁴³. No entanto, é pertinente salientar que ao fazer uma história vista “de baixo”, os historiadores se deparam com poucas fontes que conseguem dar voz aos trabalhadores. As entrevistas, as memórias, os processos-crime e a imprensa são alguns dos principais elementos que conseguem reconstruir, ainda que não de forma completa, o mosaico do cotidiano e da organização operária. Mas são escassas diante de uma série de informações “oficiais” da grande imprensa e das instituições políticas. Muitas vezes se exige um cruzamento entre as mais diversas fontes para que se consiga dar voz aos trabalhadores sem perder de vista os limites que se impõem à sua ação, assim como as estratégias que usavam para “driblar” esses limites. Enfim, se permite então questionar a dicotomia entre as interpretações que inferem uma “autonomia”, ou uma “heteronomia” na ação dos trabalhadores. Dessa forma, o grande desafio é aquele concebido por Thompson, ou seja, resgatar os operários da condescendência dos pesquisadores e mostrá-los como sujeitos ativos, detentores de experiências e construtores de sua própria história.

Mas, diante dessas dificuldades em se escrever uma história operária vista pelos próprios trabalhadores, a ideia de buscar na economia moral não pode emergir como uma abstração hermética onde se encaixem as suas experiências. Como diz Thompson,

39 - HOGGART, Richard; *As utilizações da cultura 1: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*.; Lisboa; Editorial Presença, 1975, p. 17.

40 - THOMPSON, Edward; *Folclore, antropologia e história social*; IN: Edward Thompson; *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001, p.235.

41 - As greves de 1945 em Porto Alegre possuem, todas, sem exceção, uma motivação salarial bastante acentuada. No entanto, sua construção dependeu de discursos acerca da excessiva exploração do trabalho em tempo de guerra sem uma contrapartida que lhes fosse equivalente. Mais emblemático ainda que das mais de 15 categorias em greve, nenhuma delas construiu suas greves através do seu sindicato de classe – o que gerou críticas da própria Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul. Ver: Correio do Povo, 18/04/1945: “Ponto de vista do

juiz do trabalho”, p. 8.

42 - A greve como forma de alterar o cotidiano, no entanto, não implica que ela mesma não tenha uma cotidianidade própria, uma regulamentação disciplinar de seus membros e das hierarquias que o movimento constrói para sua defesa. Em uma discussão semelhante, Karel Kosik afirma que a “*História altera o cotidiano, mas o cotidiano determina a História*”, já que tudo possui sua própria cotidianidade. Ver KOSIK, Karel; *La dialéctica de lo concreto*; México: Gufalbo, 1967, p.94-95.

43 - Um dos textos mais clássicos sobre esse debate pode ser visto em THOMPSON, Edward. *A história vista de baixo*. IN: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*.

Se empregarmos a terminologia de classe, a “economia moral” então pode se referir nessa definição ao modo como as relações de classe são negociadas. Ela mostra como a hegemonia não é apenas imposta (ou contestada), mas também articulada nas relações diárias de uma comunidade, sendo mantida apenas por concessão e proteção (nos bons tempos) e, pelo menos, por gestos de amparo nos tempos difíceis⁴⁴.

Se em “tempos difíceis” os historiadores podem perceber as relações sociais que os trabalhadores construíram e/ou foram lançados, surge também um espaço para se perceber outras lutas anteriormente ignoradas pela historiografia, conflitos que consolidaram os contornos da classe trabalhadora brasileira. Faz-se necessário inclusive ponderar essa busca por conflitos anteriormente esquecidos, como as questões salariais do período democrático de 1945 a 1964 diante da situação atual do mundo do trabalho hoje. Os trabalhadores brasileiros se vêem diante de um impasse em que por um lado devem rever suas próprias organizações e movimentos, mas por outro, precisam buscar nas lutas do passado o substrato para as suas lutas atuais. Antes de receberem esse passado pronto de terceiros, como afirma o historiador Eric Hobsbawm, fica a esperança e o chamado à luta para que eles possam construir sua própria história através de suas experiências de vida⁴⁵.

44 - THOMPSON, Edward; *Economia moral revisitada*.; IN: *Costumes em comum*, p. 261.

45 - HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre história operária. São Paulo; Paz e Terra, 2000, p. 30.